

A REPRESSÃO POLICIAL COMO CHOQUE MORAL: UMA ANÁLISE DE NARRATIVAS DE MANIFESTANTES DE JUNHO DE 2013

REPRESIÓN POLICIAL COMO CHOQUE MORAL: UN ANÁLISIS DE NARRATIVAS DE LOS
ACTIVISTAS DE JUNIO DE 2013

POLICE REPRESSION AS MORAL SHOCK: A NARRATIVE ANALYSIS OF BRAZILIAN
PROTESTERS IN JUNE 2013 DEMONSTRATIONS

Etyelle Pinheiro de Araújo*

Liana de Andrade Biar**

Liliana Cabral Bastos***

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

RESUMO: Este artigo empreende, em perspectiva microinteracional, uma análise de narrativas (BASTOS; BIAR, 2015) produzidas por manifestantes das chamadas jornadas de junho de 2013. Focalizam-se especificamente os desenvolvimentos de tais manifestações no estado do Rio de Janeiro. A pesquisa é de natureza qualitativa e interpretativista (DENZIN; LINCOLN, 2000), com uma dimensão autoetnográfica (REED-DANAHAY, 2001). Os dados foram gerados em entrevistas abertas com manifestantes presentes em ocupações que marcaram o período. Os resultados identificam a proeminência e a centralidade dos episódios de repressão policial nas narrativas sobre os protestos, permitindo a interpretação de que esses episódios: i) foram frequentemente compreendidos pelos manifestantes como “choque moral” (JASPER, 1997) que deu sentido e coesão às manifestações; e ii) tiveram papel importante na construção positiva de si elaborada pelos manifestantes (GOFFMAN, 1955), a partir principalmente da estratégia de distribuição de identidades polares (WOODWARD, 2000) para manifestantes e policiais.

PALAVRAS-CHAVE: Análise de narrativa. Choque moral. Self. Jornadas de Junho.

RESUMEN: En este artículo se lleva a cabo, en perspectiva microinteraccional, un análisis de narrativas (BASTOS; BIAR, 2015) producidas por los activistas de protestas en junio de 2013 en Brasil. En particular, nos centramos en desarrollos de este tipo de

* Doutoranda em Estudos da Linguagem pela PUC-Rio (2015). Professora Regente de História da Rede Estadual de Ensino do Rio de Janeiro. E-mail: etyelle.araujo@gmail.com.

** Doutora em Letras pela PUC-Rio (2012). Professora assistente da PUC-Rio. Atua na graduação em Letras e no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem. E-mail: lianabiar@gmail.com.

*** Professora associada da PUC-Rio e pesquisadora do CNPq (bolsa de produtividade no. 309801/2015). E-mail: lilianacbastos@gmail.com.

eventos en el estado de Río de Janeiro. La investigación es cualitativa e interpretativa (DENZIN; LINCOLN, 2000), con una dimensión autoetnográfica (REED-DANAHAY, 2001). Los datos se generaron en entrevistas abiertas con activistas presentes en ocupaciones que marcaron el período. Los resultados identifican la importancia y la centralidad de los episodios de represión policial en narrativas sobre las protestas, lo que permite la interpretación de que estos episodios: i) son a menudo entendidos por los activistas como "choque moral" (JASPER, 1997) que aportaron sentido y cohesión a las demostraciones; ii) jugaron un papel importante en la construcción positiva de sí mismos por los activistas (GOFFMAN, 1955), gracias a la estrategia de distribución de identidades polares (WOODWARD, 2000) a los manifestantes y a la policía.

PALABRAS CLAVE: Análisis de la narrativa. Choque moral. Self. Protestas brasileñas.

ABSTRACT: Adopting a microinteractional perspective, this article performs a narrative analysis (BASTOS; BIAR, 2015) produced by protesters in the so-called "June Journeys", which took place in Brazil in 2013. We specifically focus on the development of such events in the state of Rio de Janeiro. The analysis is compatible with the patterns of interpretive qualitative social research (DENZIN; LINCOLN, 2006), as well with a self-ethnographic viewpoint (REED-DANAHAY; 2001). The data were generated in open interviews with protesters from the main occupying acts from that historical period. The results of the analysis highlight the prominence and relevance of police repression episodes in the narratives, allowing us to interpret that: (i) these episodes were often understood by the protesters as a "moral shock" (JASPER, 1997) which gave meaning and cohesion to demonstrations; and (ii) these episodes played an important role in the presentation of respondents' positive self (GOFFMAN, 1955). Furthermore, we suggest that, in these narratives, respondents often ascribe polarized identities to the police and the protesters.

KEYWORDS: Narrative analysis. Moral shock. Self. Brazilian demonstrations.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tematiza as manifestações populares contemporâneas e relata uma pesquisa que se desenvolveu no curso do ano de 2013, quando, em diversas cidades brasileiras, uma onda de protestos ficou conhecida como as "Jornadas de Junho". Tais jornadas apresentaram semelhanças com diversos protestos ao redor do mundo que, desde 2011, têm sido, segundo Castells (2013), associados à chamada crise da representatividade. Dentre as semelhanças formais que existiram entre essas manifestações, destacam-se o uso ostensivo das redes sociais para disseminação das informações e convocação dos protestos, as ocupações de rua e o cunho apartidário. No caso específico do Brasil, as manifestações se iniciaram associadas ao Movimento Passe Livre, em São Paulo, com o aumento da tarifa de transporte coletivo em junho de 2013. Em pouco tempo, manifestações da mesma natureza se espalharam por outras grandes cidades do país, com pauta significativamente ampliada para reivindicações acerca da corrupção, da melhoria na oferta de serviços públicos, e dos gastos com a Copa do Mundo de 2014, por exemplo.

Tendo em vista este cenário, a presente pesquisa¹ nasce da inserção (auto)etnográfica da primeira autora deste artigo nas ocupações de espaços públicos articuladas na cidade do Rio de Janeiro a partir de junho de 2013. Nesses espaços de ocupação, além da ação política própria da comunidade de ocupantes, foram realizadas, para fins de pesquisa, notas de campo e entrevistas abertas com outros manifestantes presentes. Com tais dados, desenvolveu-se uma análise microinteracional visando à construção de entendimentos sobre a relação entre o *self* que os manifestantes reivindicam em contextos de entrevista e os famosos episódios de repressão policial que marcaram o período. Para tanto, delineamos três perguntas iniciais de pesquisa sobre as quais nos debruçamos na análise dos dados: 1) *que narrativas e reivindicações de si emergem do discurso dos manifestantes?*; 2) *que papel/função narrativa teria a repressão policial na construção dessas histórias e identidades?* e 3) *que significados são co-construídos com a entrevistadora, tendo em vista sua atuação ambivalente na situação de entrevista (como pesquisadora e também como participante de movimentos sociais)?*

Para o desenvolvimento da pesquisa, nos alinhamos à metodologia qualitativa interpretativista de pesquisa (DENZIN; LINCOLN, 2006). Mais especificamente, para a microanálise dos dados aqui apresentados, partimos da análise de narrativa (BASTOS, 2005;

¹ A pesquisa aqui apresentada é um desenvolvimento a partir de Araújo (2015), dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da PUC-Rio.

2008; BASTOS; BIAR, 2015) informada pelos estudos da interação. A partir da definição laboviana de narrativa (LABOV, 1972), identificamos os fragmentos narrativos das entrevistas e os elementos que os manifestantes tornam relevantes nas avaliações que fazem sobre personagens e ações narradas. Concebendo o discurso narrativo como forma básica de organização da experiência (BRUNER, 1997 [1990]), a análise foi também orientada pela visão socioconstrucionista do discurso e das identidades (MOITA LOPES, 2003). Dialogamos especialmente com a noção sociológica de “choque moral” (JASPER, 1997) para tentar compreender, como se verá, a função dos episódios de violência policial nos modos como os narradores recriam narrativamente os protestos, constroem-se a si mesmos e se projetam sob uma luz favorável (GOFFMAN, 1955).

2 AS JORNADAS DE JUNHO DE 2013

Conforme já se disse, as Jornadas de Junho de 2013 tiveram início com as reivindicações pela redução da tarifa de transporte coletivo desencadeadas, em primeiro lugar, pelo Movimento Passe Livre. Na pauta de discussões do movimento, estava a catraca tomada como símbolo de restrição de acesso do trabalhador ao produto de seu próprio trabalho: a riqueza do espaço urbano (MOVIMENTO PASSE LIVRE, 2013²). Em uma reinterpretação do “direito à cidade” (LEFEBVRE, 1968), e considerando a dependência do trabalhador em relação ao transporte coletivo, o movimento se propagou para outras capitais e por diversas cidades do interior. Embora em Porto Alegre, por exemplo, os manifestantes tenham ido às ruas já em março de 2013 em função do aumento da tarifa de ônibus de R\$ 2,85 para R\$ 3,05 e tenham conseguido que as autoridades revogassem o reajuste, foi principalmente a partir dos protestos realizados na cidade de São Paulo, em junho, que o movimento passou a ser amplamente noticiado, tendo em vista a alta cobertura das mídias corporativa e alternativa. No Rio de Janeiro, contexto mais específico desta pesquisa, a tarifa de ônibus, no dia 1º de junho, aumentou de R\$ 2,75 para R\$ 2,95, e os protestos tiveram início no dia 10 de junho.

À medida que se espalhavam pelo país, as reivindicações cresciam em complexidade, e logo a questão do transporte coletivo começou a ceder espaço para outras pautas e coletivos. Duramente combatidos pelos poderes públicos, os protestos, comumente, se anunciavam como pacíficos, mas terminavam com confronto direto entre policiais e manifestantes. Tais confrontos tinham origem ora nas tentativas dos policiais de dispersar a manifestação, ora na reação policial às atividades de depredação de vitrines, fachadas ou veículos por parte de alguns grupos de manifestantes. Sobre a caracterização desses movimentos, Castells (2013) ressalta a semelhança entre diversos movimentos reivindicatórios surgidos em diferentes partes do mundo, ainda que sob circunstâncias históricas, culturais, econômicas e políticas distintas. Na maioria dos movimentos, é possível identificar elementos como o uso das redes sociais, das ocupações do espaço público e de uma suposta horizontalidade entre os participantes. Sem um projeto ideológico claro, o que é frequentemente justificado pela desconfiança e descontentamento com todas as formas de governo conhecidas, os indivíduos participantes de movimentos desse tipo expressam a “crise da representatividade”, que vem suscitando questionamentos acerca dos fundamentos dos regimes democráticos³.

Novamente, no caso específico do Rio de Janeiro, as primeiras reivindicações sobre o valor do passe para o transporte público pareciam ter rendido resultado: o aumento foi revogado no dia 19 de junho. Mesmo assim, no dia seguinte, em 20 de junho de 2013, milhares de brasileiros foram às ruas protestar em várias cidades do país, já que outras pautas haviam se incorporado ao movimento. No Rio, tal manifestação foi acompanhada por intensa repressão da polícia militar, com confronto entre policiais e alguns manifestantes e uso ostensivo de cassetetes, bombas de gás lacrimogêneo, spray de pimenta e balas de borracha. Mesmo após a dispersão da multidão, ainda se ouviam os disparos de tiros de bala de borracha e bombas de gás pelas ruas do centro da cidade.

Para o historiador Lincoln Secco (2013), a polícia teve um papel decisivo para o aumento da adesão popular aos protestos. Segundo a análise do autor, foi após uma violenta repressão policial, ocorrida no dia 13 de junho, que se registrou, como uma espécie de resistência, o maior número de pessoas nas ruas em São Paulo no dia 17. Segundo ele, a repressão, que incluiu noticiados ataques a

² “Este texto foi redigido por uma comissão, estabelecida em reunião do Movimento Passe Livre – São Paulo. A comissão discutiu coletivamente as ideias que deviam estar presentes em cada parágrafo. Foi um processo intenso, no qual a comissão se revezou por vezes em duplas, trios e quartetos. No fim, o texto foi lido em reunião, em que foram feitas alterações definitivas” (MOVIMENTO PASSE LIVRE, 2013, p. 31).

³ Espanha, Egito, Tunísia, Irlanda, dentre outros países passaram por movimentos populares que expressavam a crise da representatividade.

jornalistas, e a composição popular do movimento, frequentemente descrito como de “classe média”, podem ter facilitado a empatia das pessoas. Além disso, o autor ainda acrescenta que, mais do que a violência da polícia, há de se considerar que a apropriação de tal violência pela mídia pode ter trazido visibilidade e solidariedade ao movimento.

A esse respeito, e na tentativa de explicar como sociologicamente a origem do engajamento em movimentos sociais tais como os que presenciamos em 2013, James M. Jasper formula a noção de “choque moral”: um evento pessoal ou público que, pela emoção que suscita ou indignação que provoca, captura a atenção, mobiliza e encoraja diferentes indivíduos, mesmo sem relações ou planejamentos prévios, em torno de uma determinada causa. Nas palavras do autor:

[...] choques morais são o primeiro passo para o recrutamento nos movimentos sociais: quando um evento inesperado ou partes de informação suscitam um sentimento de indignação que leva um indivíduo a se inclinar para a ação política com ou sem contato com redes pessoais enfatizadas em mobilizações ou processos teóricos (JASPER, 1997, p. 106).

Choques morais podem ser fabricados estrategicamente para recrutar pessoas ou podem acontecer espontaneamente. O complexo processo que vai da tomada de conhecimento sobre um evento até o engajamento completo em um movimento de protesto tem, segundo Jasper (1997), uma dimensão moral (o evento é reprovável a ponto de causar revolta e indignação), uma dimensão emocional (suscita raiva e frustração) e uma dimensão cognitiva (é preciso tomar conhecimento do evento via signos apreensíveis). A consciência coletiva é consequência do foco compartilhado nesse mesmo evento: se o choque moral atinge a consciência coletiva, desperta-se o sentimento de solidariedade; os indivíduos, isoladamente indignados, passam a compor uma multidão indignada.

A resposta a um choque moral pode ainda ser, dado um movimento em curso, simplesmente o reforço ou a radicalização do engajamento das pessoas. Não é incomum que uma repressão violenta em protestos pacíficos funcione, com esse efeito, como choque moral. Parte da mesma dinâmica, sentimentos como suspeita e desconfiança (especialmente em relação às autoridades) emergem e podem fazer as pessoas trabalhar na busca por um vilão, um inimigo, alguém para se culpar. No contexto das manifestações de 2013, argumentaremos – e este é ponto da análise discursiva empreendida neste artigo –, que não apenas o aumento das tarifas de transporte coletivo, mas a dura repressão policial vivida pelos manifestantes pode ser entendida em termos de choque moral que direcionou a indignação popular às atividades nas ruas. A sessão de análise busca flagrar essa compreensão por parte dos próprios participantes da pesquisa.

Feito esse parêntese, o que sucedeu aos frequentes episódios de repressão policial foi o esvaziamento das ruas e o recrudescimento de um grupo menor de manifestantes que permaneceu ativo no movimento. Poucos eram os que se arriscavam a permanecer nas manifestações, já que isso, muitas vezes, levava a confrontos diretos com a polícia. Na rede de significados que se construiu entre os manifestantes remanescentes nas ocupações de rua, permanecer apesar da intensificação da repressão policial era algo valorizado pelo grupo, sinônimo de uma espécie de heroísmo. Em várias cidades, grupos menores de manifestantes passaram a atuar de formas diversas em protestos contra o governo. Esses grupos passaram a interagir, construindo novo contexto e novas redes de significado acerca de suas atuações nas ruas.

Quanto à composição e perfil dos manifestantes de tais movimentos, sabe-se que esta foi questão amplamente discutida tanto pela mídia corporativa quanto por intelectuais, quando da emergência do movimento. Isso porque tal informação parecia essencial para se compreender um levante popular de características como se viu, emergentes das formas contemporâneas de protesto. A esse respeito, o instituto Data Folha publicou, no dia 21 de junho de 2013, uma pesquisa com o intuito de apurar a renda média dos manifestantes de São Paulo e suas posições ideológicas. Na cidade de Belo Horizonte, a Innovare Pesquisa⁴ realizou um projeto semelhante, publicado no dia 23 de junho. Na cidade do Rio de Janeiro, a Clave de Fá Pesquisas e Projetos contratou três empresas e divulgou, por meio do canal pago de televisão Band News, os resultados de uma pesquisa realizada durante a passeata de 20 de junho. As duas últimas pesquisas apontaram para uma composição de maioria jovem e trabalhadora presente na referida manifestação. Os resultados eram diferentes do que a grande mídia vinha divulgando sem embasamento. Em artigo recente, André Singer (2013) discute também a composição dos manifestantes de junho e afirma que ali estavam presentes tanto uma classe média

⁴ A Innovare Pesquisa é uma instituição privada de pesquisa de opinião que atua em diversos estados do país.

tradicional inconformada com diferentes aspectos da realidade nacional, quanto o que ele denomina o “novo proletariado” – trabalhadores, em geral jovens, que conseguiram emprego com carteira assinada na década lulista (2003-2013), mas que padecem com baixa remuneração, alta rotatividade e más condições de trabalho. Para este autor, os protestos do período estudado são reflexos das insatisfações desses dois grupos. Tal entendimento expressa a heterogeneidade dos grupos presentes no movimento, o que colabora para uma amplitude da pauta de reivindicações.

3 O CONTEXTO IMEDIATO E OS PARTICIPANTES DA PESQUISA

No contexto específico do Rio de Janeiro, e na esteira das primeiras manifestações de 2013, iniciou-se uma forma específica de protesto: as ocupações. Esta pesquisa se desenvolve a partir da interação da primeira autora com participantes de duas dessas ocupações. A primeira delas estava montada à frente da residência do então governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral Filho; a segunda estava localizada primeiramente dentro da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, e tinha como pauta específica de reivindicação a realização de uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) dos transportes públicos. Alguns dias após instalação desta segunda ocupação, os manifestantes foram retirados de dentro do prédio e passaram a acampar em frente ao local por cerca de dois meses.

Ocupações dessa natureza trazem à tona a questão do espaço urbano e daqueles que a ele têm livre acesso. O “direito à cidade”, tema do sociólogo Henri Lefebvre (1968), faz referência ao direito de inclusão da sociedade urbana aos seus espaços públicos, em que pese a segregação socioeconômica. Em outras palavras, Lefebvre traz o direito à cidade como uma recuperação coletiva do espaço urbano por grupos marginalizados que vivem nos distritos periféricos da cidade e nela desempenham as atividades produtivas que a sustentam. A tática de ocupação, nesse sentido, “[...] mostra como o poder coletivo de corpos no espaço público continua sendo o instrumento mais efetivo de oposição quando o acesso a todos os outros meios está bloqueado” (HARVEY, 2012, p. 61). Configura-se, assim, como membro daquela mesma categoria de articulações políticas que passou a recusar os espaços institucionais tradicionais.

Além das ocupações, surgiram, na mesma época, diversos coletivos que se engajaram em promover atividades culturais de diversos tipos, como debates, palestras, exibição de filmes, peças teatrais e mídias alternativas tematicamente articulados às questões políticas e econômicas em pauta. Esses coletivos buscavam se organizar dentro da também já mencionada “horizontalidade”, isto é, delineavam suas ações em conjunto, na tentativa de evitar a emergência de hierarquia entre seus membros. Assim, cada membro teria autonomia e poder de decisão, de forma alinhada à ideia de democracia direta, em que cada indivíduo representa a si próprio, e a tomada de decisões se dá por meio de assembleias gerais.

Desse contexto, destacamos dois personagens, participantes da presente pesquisa, cujas entrevistas compõem os dados do presente artigo: Elaine e Rodrigo (nomes fictícios). Como se verá, tal destaque deve-se à atuação de ambos nas Jornadas de 2013.

Elaine era uma manifestante engajada nas manifestações de rua e nas ocupações de prédios públicos, adepta da tática “black block”. A participante nos concedeu uma entrevista aberta e mantinha uma aproximação pessoal com a primeira autora deste artigo. Tal aproximação é perceptível na transcrição da entrevista. Elaine é moradora da Zona Oeste do município do Rio de Janeiro, região sabidamente composta por uma maioria de bairros pobres e distantes do centro. Embora a participante não discorra sobre pertencimento a um grupo socioeconômico, sua origem geográfica e estilizações discursivas nos autorizam a supor que ela provenha de uma camada mais popular. A entrevista com Elaine ocorreu no dia 24 de agosto de 2013, em uma das ocupações de rua de que participava. As narrativas mais recorrentes da entrevista tematizavam episódios violentos vivenciados pela entrevistada no curso das manifestações. Na seção de análise daremos destaque a uma delas.

O segundo participante aqui destacado, Rodrigo, era um ativista bastante conhecido de muitos manifestantes, já que fazia parte de um coletivo de mídia alternativa de sucesso na internet. Também entrevistado pela primeira autora deste artigo, Rodrigo recebeu convite para integrar a pesquisa após uma intervenção teatral seguida de debate em uma das ocupações de rua de que ambos,

Rodrigo e a entrevistadora, tomaram parte. Após ouvir esclarecimentos sobre os objetivos da pesquisa, Rodrigo nos concedeu uma entrevista aberta. Rodrigo é morador da Zona Sul do Rio de Janeiro e se apresenta – palavras dele – como um membro da “classe média”. A entrevista com Rodrigo se deu em um encontro marcado em lanchonete na cidade do Rio de Janeiro, no dia 5 de outubro de 2013. Nela, Rodrigo formula narrativas que exemplificam a atuação da polícia nas manifestações.

Como se vê, embora alinhados a um mesmo movimento popular, Elaine e Rodrigo, por suas participações em, respectivamente, ocupações e coletivos de mídia alternativas, representam e enfatizam formas distintas de protesto no contexto de 2013, o que nos possibilita, via análise qualitativa de suas narrativas, entender como diferentes atores dão sentido a sua participação no movimento.

4 A NARRATIVA COMO LENTE DE ANÁLISE DISCURSIVA

Neste trabalho, a análise de narrativa nos guiará na produção de entendimentos sobre como os manifestantes reivindicam identidades e como tematizam, dão forma, sequência e sentido às suas participações nas Jornadas de Junho. Tomamos aqui a atividade de narrar como central e recorrente na vida em sociedade. Ao contar histórias, as pessoas não apenas transmitem o sentido de quem são, mas também constroem relações com os outros e com o mundo que os cerca (BASTOS, 2005).

Os estudos das narrativas cotidianas e em entrevistas de pesquisa foram inaugurados por Labov (1972), para quem a narrativa é um método específico de se recapitular experiências passadas, a partir de uma sequência verbal de orações que codifica uma sequência temporal de eventos que (infere-se) realmente ocorreram. Além disso, uma narrativa precisa conter um ponto, isto é, apresentar uma razão para ser contada.

Labov (1972) descreve para as narrativas uma estrutura recorrente, composta por vários elementos retóricos: resumo (sumário da história); orientação (serve para situar a história, identificar o local e o período em que ocorreu e os participantes); ação complicadora (sequência temporal dos eventos, com verbos no passado); avaliação (expressa a posição do narrador e a carga dramática relativa ao ponto da narrativa, ao porquê de a história ter sido contada); resolução (apresenta o que aconteceu após as ações complicadoras) e coda (marca o fim da narrativa e também traz a conversa de volta para o presente).

A estrutura proposta por Labov (1972) para a análise das narrativas é amplamente criticada. Para alguns estudiosos, ao focar na sequência de eventos, Labov priorizaria a relação entre as sentenças e o compromisso delas com a cronologia de eventos em detrimento dos contextos interacionais em que a história é contada. Apesar das críticas, os estudos de Labov abriram caminho para a pesquisa em narrativa nos estudos linguísticos (BASTOS, 2005). Neste trabalho, por exemplo, as categorias estabelecidas pelo autor interessam-nos especialmente porque permitem identificar fragmentos narrativos em entrevistas e separar suas partes constitutivas. Em nosso estudo, aplicamos elementos da estrutura laboviana em interface com outras teorias que concebem o próprio princípio organizador da memória humana narrativo (BRUNER, 1997 [1990]); que concebem a narrativa, ela mesma, como forma de organização da experiência e construção do conhecimento sobre quem somos na vida social (MOITA LOPES, 2001; BASTOS; BIAR, 2015).

Uma visão socioconstrucionista da narrativa enfatiza sua natureza social e fabricada para propósitos culturais e locais. O significado e a própria sequência de eventos narrados, nessa concepção, são construídos pela ação em conjunto de participantes envolvidos em práticas discursivas, situadas na história, na cultura e nas instituições.

Como já se disse, entendemos que, ao construir narrativas, os atores sociais constroem a si próprios. Entender a identidade como uma construção é concebê-la em perspectiva anti-essencialista. Os indivíduos não recebem uma identidade quando nascem; eles a constroem nas interações das quais fazem parte (BAUMAN, 2005). Moita Lopes (2003) cita Gee (1990), para quem cada indivíduo é membro de muitos discursos e cada um deles representa uma das múltiplas identidades constitutivas desses indivíduos. Dessa forma, no mundo social contemporâneo, um mesmo sujeito pode dispor de vários discursos diferentes, transitar entre eles de acordo com as práticas sociais nas quais se envolve (MOITA LOPES, 2003).

Neste trabalho, daremos destaque a concepções de identidade baseadas na diferença. Nessa perspectiva, Silva (2000) entende que a noção de identidade pode ser concebida positivamente, de maneira autônoma e independente (aquilo que alguém é), ou baseada a diferença, isto é, aquilo que o outro não é. Identidade e diferença estão, nessa abordagem, em uma estreita relação de interdependência. Sendo assim, as reivindicações identitárias só fazem sentido se compreendidas via marcação simbólica em relação aos seus opostos. Essa marcação é o meio pelo qual damos sentido a práticas e a relações sociais, definindo inclusões e exclusões por meio, por exemplo, de uma oposição do tipo “nós e eles” (WOODWARD, 2000).

Dado o dinamismo das interações e dos contextos nos quais cada indivíduo circula, alguns traços identitários podem se tornar mais relevantes do que outros em cada ocasião. Teremos em mente, nas análises a seguir, tanto o caráter provisório das identidades quanto a forma como os indivíduos tendem a gerenciar impressões para se construir e manter imagens favoráveis de si mesmos diante dos outros (GOFFMAN, 2008).

5 ASPECTOS METODOLÓGICOS DA ANÁLISE

Como já dito na introdução deste artigo, empreendemos aqui uma análise de natureza qualitativa interpretativista (DENZIN; LINCOLN, 2006), buscando entendimentos a respeito de como as formas de organização social se relacionam com as atividades dos indivíduos no processo de fazer escolhas e de conduzir a ação social em conjunto. O trabalho conta ainda com uma dimensão autoetnográfica, ou seja, trata-se de um tipo de etnografia centrada nas vivências do próprio sujeito que pesquisa em seu contexto social (BOSLLE; MOLINA NETO, 2009). Uma pesquisa desse tipo conecta a experiência pessoal do pesquisador com a cultural (BERGER; ELLIS, 2002), permitindo a descrição e a reflexão sobre sua própria prática, posto que o sujeito que interpreta é o mesmo que é interpretado (REED-DAHANEY, 1997).

Como participantes do contexto pesquisado, assumimos determinadas posições durante as entrevistas. As perguntas feitas em entrevista estavam carregadas dessas posições. Como se verá na análise adiante, a própria entrevistadora antecipa a centralidade do confronto dos manifestantes com a polícia nas perguntas que elabora. Não consideramos esta observação uma falha metodológica, mas estamos justamente interessadas na forma como entrevistados e entrevistadora coconstroem significados alinhados acerca do confronto. A esse respeito, a própria entrevista de pesquisa é aqui entendida como uma situação social passível de análise interacional (MISHLER, 1986). É neste aspecto que reside a dimensão autoetnográfica da pesquisa, já que o sujeito-pesquisadora que interpreta constrói também suas próprias experiências nos protestos. Por fim, os dados foram transcritos segundo uma adaptação do modelo de Jefferson (cf. LORDER, 2008).

5.1 CONSTRUINDO A AÇÃO DA POLÍCIA COMO CHOQUE MORAL: ANÁLISE DOS DADOS

Nesta seção, apresentaremos excertos selecionados das entrevistas realizadas com Elaine e Rodrigo. Os componentes estruturais descritos por Labov (1972) servirão para identificar os fragmentos narrativos no discurso dos participantes. A partir da interpretação de alguns de seus recursos formais, como a construção do ponto e das avaliações, veremos como os ativistas organizam os eventos que experienciaram (BRUNER, 1997 [1990]) durante as manifestações. De maneira geral, destacamos a recorrência e a centralidade dos episódios de confronto com a polícia nas entrevistas e sobre eles nos debruçaremos, propondo uma articulação com a noção de choque moral (JASPER, 1997). Em outras palavras, investigaremos como os manifestantes (inclusive a entrevistadora) tornam relevante a repressão policial em suas narrativas e como constroem, para os policiais, uma identidade antagonista e negativa.

5.1.1 Elaine: “depois disso as pessoas não voltaram mais pras ruas”

A entrevista com Elaine é marcada pelos interesses da pesquisadora em eliciar narrativas. Sendo assim, logo a pergunta de abertura já demanda que a entrevistada comece a contar uma história sobre confronto com a polícia.

Excerto 1

01 **Etyelle** eu só queria tipo ouvir: ãh: sei lá(.), qual(.) o:
 02 >maior< embate que você já teve com relação a: >ações<
 03 da polícia? qual foi, ãhn: sei lá, a: experiência mais:
 04 tensa, que você já ↓teve

Como já se disse, a proximidade que a entrevistadora tem com Elaine é perceptível nas construções linguístico-discursivas das quais faz uso, que tornam a entrevista mais descontraída. Ao construir a pergunta, com pausas e com a expressão “sei lá” (linhas 01 a 04), Etyelle tenta deixar Elaine confortável, para que ela construa sua experiência da mesma forma que faria se nossa interação não estivesse sendo gravada. A partir dessa pergunta, Elaine inicia a sua fala elegendo aquele que considera o pior dia de repressão por ela vivenciado.

Excerto 2: “Foi perseguição mesmo”

13 **Elaine** °deixa eu pensar° (3.0) cara, eu acho que o dia mais,
 14 >que eu fiquei mais assustada com a repressão policial<
 15 foi o dia 20 (.) da prefeitura
 16 **Etyelle** aquela do::
 17 **Elaine** foi o dia da prefeitura
 18 **Etyelle** ahã, ahã
 19 **Elaine** °do choque na prefeitura° (2.) foi realmente
 20 assustador↓
 21 **Etyelle** por quê?
 22 **Elaine** foi perseguição mesmo, sabe com a intenção, quer dizer,
 23 a intenção nunca foi dispersar, naquele dia ficou bem
 24 claro, é:, qualquer grupo de cinco pessoas que tivesse
 25 indo embora eram atacadas. é:
 26 **Etyelle** foi aquele que foram encurralando a gente até a::
 27 presidente [vargas
 28 **Elaine** foi, até qualquer lugar]
 29 **Etyelle** até onde você conseguisse fugir↑
 30 **Elaine** até a porta da sua casa.
 31 **Etyelle** É hh exato hh

Elaine inicia sua narrativa lançando mão de um resumo, em que fornece uma pequena prévia dos eventos que comporão a narrativa nas linhas 13 a 15, 22 a 25. Sendo o resumo uma parte marcadamente avaliativa da narrativa, Elaine enfatiza que “foi perseguição mesmo” e que viu as pessoas sendo “atacadas”, expressões que encapsulam o ponto de sua narrativa, o motivo pelo qual ela elegeu este episódio como o pior dia de repressão. A entrevistada ainda avalia a tentativa de dispersão da polícia como um ataque aos manifestantes. Nas linhas 26 a 31, o evento narrado é coconstruído em interação com a entrevistadora: “foi aquele que foram encurralando a gente até a” (l 26). As avaliações presentes nas linhas 29 e 30 acrescentam ao ponto o dado de que a ação policial não tinha como intuito dispersar a manifestação, e sim atacar as pessoas de modo que elas não voltassem às ruas.

Excerto 3 (04:21): “Parecia que eu tava num filme”

99 **Elaine** NA LA:pa(.)foi, é sério, parecia cena de filme, foi,
 100 aquelas, aquelas bombas de gás lacrimogêneo↑ passando
 101 pelos arcos, assim, óh (.) eu olhava aquilo↑ sabe?(.)
 102 >parecia que eu tava num filme< as pessoas sentadas
 103 nos bares e eles aplicando na cara de todo mundo↑ que
 104 tava dentro do bar, nesse dia, eu fiquei presa dentro
 105 do metropolitan, do lado ali da pizzaria araribá
 106 **Etyelle** Ahã
 107 **Elaine** eu fiquei↑ eu sentei ainda↑ no chão da lapa↑ tentei
 108 resistir↑ a galera fechou a via, eles vieram atacando
 109 Todo mundo↑ mas todo mundo indiscriminadamente, (2.0)
 110 e aí >quando eles vieram< como eles vieram de moto

111 prendendo↑ e eu tava↑ de de preto↑ né↑ assim, >sem a
 112 máscara na cara< mas tava de preto, com a máscara de
 113 gás, (3.0) eu entrei no metropolitan, a galera 'isso
 114 sim' ainda tinha os donos dos bares, eles não querendo↑
 115 que o pessoal entrasse↑ mas nesse dia, foi o dia que
 116 eu vi↑ que eles eles desistiram, que eles num, eles
 117 tavam se desesperando↑ com o que tava acontecendo] eles
 118 tavam deixando entrar, chamando pra entrar e fechando
 119 os bares, depois que a gente botou o maior número de
 120 pessoas que cabiam, dentro do bar e fechamos, a gente
 121 ouvia os tiros de borracha batendo mesmo, em direção
 122 ao bar (1,0), sabe? (2,0) e aí, quando cessava, o povo
 123 tentava sair do bar pra ver se tinha alguém ferido,
 124 alguém precisando entrar, cara, eu saía, eu chegava na
 125 porta do bar e 'pá, pá' os começavam a aplicar de novo,
 126 eu voltava correndo, aí catava mais dois que eu via,
 127 desesperados, não tinha, você via o pânico no rosto
 128 das pessoas, o porque o intuito foi esse, foi logo
 129 depois da ALERJ, né
 130
 131 **Etyelle** Ahã
 132 **Elaine** eles soltaram, eles deixaram solto na alerj pra poder
 133 ter um motivo pra repressão no dia vinte, pras pessoas,
 134 que foi depois disso que as pessoas não voltaram mais
 135 pras ruas
 136 **Etyelle** pois é↑ né, é mesmo↑

Enfatizando os motivos pelos quais concebe este dia narrado como o mais “sinistro”, Elaine traz as orientações presentes nas linhas 99, 100, 101, acompanhadas pelas avaliações: “foi, é sério, parecia cena de filme” (linha 99); “óh (.) eu olhava aquilo ↑ sabe?(.); >parecia que eu tava num filme<” (linhas 101 e 102). O desenvolvimento da orientação acentua o caráter dramático do episódio e as ações narrativas são construídas de forma ágil e dramática, ressaltando-se os momentos de tensão vividos pela narradora. Nesse enredo, Elaine está posicionada como a heroína contra quem uma ameaça avança dramaticamente.

Após avaliar o que estava presenciando na ocasião do evento narrado, Elaine dá prosseguimento à série de ações complicadoras: “eu fiquei ↑ eu sentei ainda ↑no chão da lapa ↑tentei resistir ↑a galera fecho a via, eles vieram atacando” (linhas 107 e 108), seguida de outra avaliação: “TOdo mundo ↑ mastodo mundo indiscriminadamente, (2.0)”(linhas 109)A narradora prossegue construindo a polícia como alteridade, dessa vez não apenas em relação aos manifestantes, mas das pessoas em geral. Ao enfatizar a violência e a falta de critério com a qual os policiais atacaram “todo mundo”, Elaine acaba por construir os policiais como inimigos públicos (SILVA, 2000; WOODWARD, 2000).

As ações narrativas na história de Elaine colaboram para a sua construção como uma manifestante que resiste heroicamente à repressão. Confirmando essa construção, ela ainda traz a orientação “e eu tava ↑ de de preto ↑né ↑assim, >sem a máscara na cara< mas tava de preto, com a máscara de gás,” (linhas 111 e 112). As duas participantes da entrevista sabem que o uso de roupa preta e os rostos cobertos durante a manifestação fazem alusão à tática *black bloc*⁵. O fato de Elaine tornar essa informação relevante colabora para a sua construção como uma manifestante experiente, engajada que faz parte de um grupo da resistência.

Quando a manifestante conta que estava de preto e tentou entrar em um estabelecimento, ela diz que os donos dos bares tentaram impedi-la de entrar, mas desistiram, porque eles também estavam “se desesperando” com o que estava acontecendo. Aqui, o

⁵ Em sua origem, o termo “black bloc” (do alemão Schwarzer Block – “bloco negro”) foi usado pela imprensa alemã, na década de 1980, para fazer referência a grupos de pessoas que se organizavam para enfrentar a repressão policial, em defesa às ocupações (squats) de casas e edifícios abandonados em grandes cidades e também contra ataques de grupos neonazistas. A “black bloc” veio a se constituir como tática dentro das manifestações, com o objetivo principal de tentar garantir a autodefesa dos participantes frente à repressão policial que quase sempre era realizada de forma violenta. Na década de 1990, nos Estados Unidos, a tática ganhou maior visibilidade, quando, por ocasião da manifestação contra o encontro da Organização Mundial do Comércio em Seattle, grupos usando máscaras destruíram fachadas de lojas e escritórios do McDonald’s, da Starbucks, da Fidelity Investments e outras instalações de grandes empresas. A partir desse evento, a tática “black bloc”, até então um instrumento basicamente de defesa contra a repressão policial, tornou-se também uma forma de ataque contra os símbolos do capitalismo (ORTELLADO, 2013; ZUQUETE, 2014).

conjunto das ações complicadoras novamente possibilita uma construção de si como heroína, pois, ao tentar entrar no estabelecimento, “a galera” que ali estava teria dito “isso sim”, aceitando e apoiando a presença de Elaine naquele local. As ações narradas nas linhas 119 a 125 reforçam essa construção. Elaine não só ajudou a trazer as pessoas para dentro do estabelecimento, como ainda saiu e “catou mais dois” (linha 128), que precisavam de ajuda.

Sobre a repressão da polícia, Elaine também constrói uma avaliação: “eles soltaram, eles deixaram solto na Alerj pra poder ter um motivo pra repressão no dia vinte, pras pessoas” (linhas 132 e 133). Essa avaliação também sublinha o ponto de sua narrativa: a repressão não tinha como intuito dispersar a manifestação, mas retirar a população das ruas, usando o medo, a violência extrema. Elaine ratifica essa avaliação narrando a manifestação que aconteceu na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), no dia 17 de junho, quando manifestantes ocuparam e depredaram o local. A manifestação do dia 17, segundo Elaine, não fora acompanhada de grande repressão e, por isso, haveria “motivos” para uma polícia astuta “exagerar” no dia 20, para justamente evitar novas tentativas de depredação do patrimônio público e privado e “aterrorizar” a população como forma de impedi-la de voltar às ruas. Se problematizarmos o trecho em que Elaine diz “eles deixaram solto na Alerj pra poder ter motivo pra repressão do dia vinte”, entenderemos que o pronome “eles” não indexicaliza apenas os policiais, mas as autoridades como um todo; afinal, a polícia militar do Rio de Janeiro, enquanto corporação, está subordinada ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, por meio da Secretaria de Estado de Segurança.

Por fim, Elaine encerra a narrativa com uma coda: “que foi depois disso que as pessoas não voltaram mais pras ruas” (linhas 134 e 135). Se por “pessoas” Elaine quer dizer a população comum, não necessariamente envolvida em coletivos políticos, sua coda faz um duplo movimento. Por um lado, ao estabelecer uma relação de causa e efeito entre a repressão policial e o esvaziamento das ruas, Elaine dá ao episódio o estatuto de choque moral (JASPER, 1997). Adicionalmente, o mesmo episódio permite a Elaine se separar das “pessoas comuns”, construindo-se como uma manifestante especial, que resiste corajosamente aos infortúnios limítrofes aos cidadãos ordinários.

Em resumo, pode-se dizer que a narrativa de Elaine a projeta sob uma luz favorável (GOFFMAN, 2008), como uma ativista que faz parte da “galera da resistência”, isto é, que permanece nas ruas apesar das agruras da repressão policial. Destacamos aqui, também, o conjunto de ações complicadoras que colaboram dramaticamente para a sua construção como heroína, já que a narradora teria, além de resistido, ajudado várias pessoas a escapar da repressão policial. Da mesma forma, os policiais são maniqueisticamente construídos como vilões violentos. Vimos que essas identidades são tornadas relevantes durante a construção do ponto de sua narrativa e, também, por meio das avaliações e orientações que Elaine inclui em sua história. Vale ressaltar que, na narrativa de Elaine, permanecer nas ruas, apesar da repressão, conferia ao manifestante um destaque na luta e tornava-se objeto de orgulho, o que torna a própria repressão policial um elemento central que motiva os manifestantes a permanecerem em luta.

5.1.2 Rodrigo: uma pauta necessária para todas as outras pautas

Nesta subseção, analisaremos como Rodrigo, o segundo manifestante entrevistado, constrói a si mesmo a partir de uma narrativa sobre sua própria detenção durante uma manifestação. A análise será novamente orientada pela estrutura laboviana, observando como o ponto da história é construído e como certos elementos são tornados relevantes pelo uso de avaliações, as quais trazem à tona as reivindicações identitárias do entrevistado.

No início do curso da entrevista, Rodrigo constrói significados acerca do que entende sobre as ações da polícia. A fala dele é orientada pela forma como a entrevistadora abre o encontro:

Excerto 1 (00:52): “A polícia tá certa, a polícia tá errada?”

20 **Etyelle** assim, eu queria entender. como que as pessoas estão:
 21 enxergando o que a polícia tá fazendo., a polícia tá
 22 certa? a polícia tá errada. tá mais ou me:nos. somos
 23 nós↑ que estamos errados >na forma como estamos
 24 conduzindo< as coisas, né. >num sei, assim,< eu
 25 queria que você falasse sobre as suas opiniões,
 26 histórias, sentimentos

Sendo esta uma pesquisa que procura analisar uma dada questão da vida social pela perspectiva dos participantes envolvidos no processo, o que se busca aqui é entender como Rodrigo constrói as ações da polícia nas manifestações. O primeiro turno, destacado acima, contém o tópico central do que virá a ser a entrevista: a polícia. Para os dois manifestantes em situação de entrevista face a face, esta é a principal questão que merece ser tornada relevante. Antes de formular uma pergunta aberta, em que solicita “histórias, opiniões e sentimentos”, Etyelle antecipa dois possíveis lados da situação com base no dualismo certo *versus* errado; nós (os manifestantes) *versus* a polícia. A própria pergunta, portanto, distribui dois “lados” polarizados em relação a “o que a polícia está fazendo”. Com o uso da primeira pessoa (nós), a entrevistadora indexicaliza a si própria como participante do mesmo contexto em que está Rodrigo.

Ao longo de sua resposta, Rodrigo expõe um pouco do que entende por funções da polícia e atividades cotidianas da corporação. Recortamos alguns trechos dessa primeira fala de Rodrigo, que precedem sua narrativa sobre a atuação da polícia nas manifestações:

Excerto 2 (06:16): “Qualquer manifestação que você fizer, a polícia vai estar lá”

40 **Rodrigo** qualquer manifestação que você fizer contra o estado,
 41 contra os símbolos de poder↓ contra as pessoas que
 42 comandam esses dinheiros e recursos e↓ enfim, tudo, a
 43 polícia vai estar lá↑ e ela vai estar sempre na mesma
 44 posição↑ defendendo aquelas pessoas e não o povo, e não a
 45 população.

Excerto 3 (06:48): “Ela virou pauta necessária”

63 **Rodrigo** então, acho que tipo↓ a visão que eu tenho da polícia é
 64 essa, ela virou uma pauta↑ (.) necessária↑ >pra todas as
 65 outras pautas<

Nos dois excertos acima, Rodrigo resume o seu entendimento acerca do fato de a polícia ter se tornado uma da pauta importante de reivindicação nas manifestações. Ele constrói a corporação como alinhada a um determinado grupo – pessoas ricas e influentes (linhas 41 e 42) – e, assim como o fez Elaine, não apenas contra os manifestantes, mas contra a “população”. Em outras palavras, a polícia está nas manifestações para proteger os interesses do “outro”. Com essa fala, Rodrigo ratifica a dicotomia com a qual a entrevista se inicia, corroborando a oposição polícia *versus* manifestantes.

Ao trazer a polícia como uma pauta necessária, Rodrigo põe em discussão uma importante questão da pesquisa: o papel da repressão policial nas construções identitárias dos manifestantes: a polícia é a alteridade a partir da qual os ativistas se constroem. Conforme vimos argumentando, a centralidade da repressão policial nessas narrativas permite entendê-la como choque moral (JASPER, 1997) no contexto das manifestações de 2013.

Após a expor o que entende como a lógica de atuação da polícia, Rodrigo inicia uma longa narrativa sobre sua própria detenção em uma manifestação. Aqui, analisaremos um pequeno fragmento que focaliza o momento em que o manifestante chegou à delegacia.

Excerto 4 (20:47): “Era eu e mais cinco pessoas que eu não conhecia, uma quadrilha”

285 **Etyelle** =ah, é, o que que >aconteceu quando você<. chegou lá?
 286

- 287 **Rodrigo** não- eu tava gravando↑ eles chegaram. e falaram pra
 288 delegada, 'olha, eles estavam jogando essas pedras aqui
 289 no no carro de polícia.'era eu e mais cinco pessoas que
 290 eu não conheci↑a,uma quadrilha↑(.) e como eu tava
 291 gravando no celular eu >eu não cheguei a grava tudo<
 292 porque eu tava com dois com dois celulares. e o tempo
 293 inteiro eles pegavam meu celular pra ver se tava
 294 filmando. e o outro que tava filmando ficou no chão↓ e
 295 >teve um momento< que eles já tinham xingado↑ tanto↑
 296 que eu pensei 'eu vou, é melhor eu parar de gravar,
 297 porque eu já tenho o suficiente,' tipo:, sei lá:, você
 298 vai parar de gravar. ou se eles vão descobrir↓ e eu não
 299 sabia que ia acontecer também↓ que eles iam botar a
 300 pedra na minha frente. mas de qualquer forma, TEM↑
 301 gravado eu correndo↑ a camisa balançando↑ num sei o quê.
 302 e tem um momento↑ que eles mandam todo mundo senta-
 303 deitar↓ e fala que 'vamo enfiar uma piroca↑ no cu de
 304 vocês↑' e é: 'mete porrada↑' e um monte de coisa. e aí,
 305 cheguei na delegacia↑ e dei para os advoga↑dos, assim↑
 306 que a gente chegou, falei >'cara tem um monte de vídeo
 307 aí< vê aí.'e aí, ele eles mostraram pra delegada↓ a
 308 delegada↓ >eles estavam fazendo já <o: que o choque
 309 ((batalhão da PM))faz uma ficha, que entrega: lá. [pra
 310 delegacia.
 311
 312
 313 **Etyelle** [uhum]
 314 **Rodrigo** de porque que a gente te entregou aqui, pegamos os dados
 315 de todo mun↑do, pega >o endereço, telefone, nome de mãe<
 316 e tu↑do (2.0) e tavam pegando os nossos da:dos↑ e
 317 >enquanto isso a delegada viu< e de repente pararam↑ ((o
 318 choque, de fazer a ficha)) a: delegada mandou chamar
 319 eles na sala. dela↑eu não vi nada, não posso afirmar.
 320 mas: uma advogada que tava lá disse que >ela< sentou↑ o
 321 esporro↑ assim, tipo. mostrou o vídeo. e eles voltaram↑
 322 só terminaram de fazer esses cadastro, e não teve queixa,
 323 assim, mas <antes o policial da polícia civil↑ tava<
 324 falando 'ah, provavelmente vai ser formação de
 325 quadrilha↑ a: fiança deve ser >setecentos<, ou mil reai-
 326 ↑' mas assim, extorsão↑ é extorsão↑
 327
 328 **Etyelle** =CLArO↑
 329 **Rodrigo** e um monte de gente que estava presa ali↑ te↑ve que
 330 pagar↑ ((inaudível)) e só↑ porque a gente tinha os
 331 vídeos↑ a gente não precisou

Rodrigo, durante toda a entrevista, constrói a polícia como um “outro” desqualificado em diversos aspectos, seja pelo seu comportamento nas manifestações, seja por outras situações, como a sua forma de abordar cidadãos e os procedimentos burocráticos da aplicação da lei. Rodrigo concebe a polícia como pauta de reivindicação, e suas narrativas ratificam esse posicionamento de desqualificação da polícia.

No excerto 4, Rodrigo narra um episódio de abordagem policial cujo pano de fundo é o fato de tudo estar sendo filmado por ele. Após a pergunta da entrevistadora, Rodrigo inicia sua história com a orientação, “eu tava gravando ↑” (linha 287), e segue com as ações complicadoras referentes à acusação de que ele e os que foram detidos com ele sofreram ao chegar à delegacia (linhas 287 a 289). Para além das questões de construção de si exploradas a seguir, a filmagem exerce duas funções nessa narrativa: 1) serve de explicação razoável para a liberação dos detidos sem que houvesse queixa; e 2) desqualifica a polícia, ao denunciar uma abordagem violenta. A abordagem policial ainda funciona, individualmente, como uma espécie de micro choque moral da narrativa, uma vez

que produz um trauma e gera solidariedade em Rodrigo para com as pessoas que costumeiramente passam por uma experiência semelhante a que ele teria vivenciado.

A seguir, Rodrigo traz uma orientação que nos deixa a par de como foi a chegada à delegacia: “era eu e mais cinco pessoas que eu não conheci ↑ à (linhas 289 e 290). Na sequência, o entrevistado complementa a sua fala com uma avaliação: “uma quadrilha ↑ (:) (linha 290). À época dessa manifestação, vigorava o artigo 288º da Constituição do Brasil, que caracterizava o crime de formação de quadrilha como três ou mais pessoas se associando em quadrilha ou bando para cometer crimes. Rodrigo enfatiza que não conhecia as pessoas que com ele foram acusadas desse crime; portanto, tal acusação seria infundada. A palavra “quadrilha” é marcada prosodicamente e vem acompanhada de uma micropausa, construindo um tom irônico que reforça a desqualificação da polícia. Além disso, implícita uma denúncia de uma atitude condenável, uma vez que a polícia, segundo ele, o conduziu até a delegacia com provas forjadas e tentou enquadrá-lo numa acusação de crime que não cabia à situação.

Ao retomar a sequência de ações, Rodrigo prefere retornar ao momento anterior à sua chegada à delegacia: “e como eu tava gravando no celular eu >eu não cheguei a gravar tudo< porque eu tava com dois com dois celulares. e o tempo inteiro eles pegavam meu celular pra ver se tava filmando. e o outro que tava filmando ficou no chão” (linhas 290 a 295). Essa orientação faz parte da sua autoconstrução como um manifestante experiente, esperto e precavido. Como se tivesse previsto os problemas pelos quais passaria, o narrador portava dois celulares e deixara apenas um gravando o evento para despistar os policiais. Essa atitude de Rodrigo reforça sua caracterização como uma espécie de “manifestante profissional”, em oposição aos policiais, construídos como não-profissionais em momento anterior.

Na sequência de ações complicadoras, após breve digressão para o contexto da interação (linhas 295 a 305), Rodrigo narra o que ele fez ao chegar à delegacia. Nesse momento, as ações apresentam o próprio narrador como agente: “e aí, cheguei na delegacia ↑ **elei** para os advoga ↑ dos, assim ↑ que a gente chegou, falei > cara tem um monte de vídeo aí < vê aí. e aí, ele eles mostraram pra delegada ↓ a delegada ↓” (linhas 307 a 310). Tais ações o protagonismo de Rodrigo em relação a elas novamente o constroem sob uma luz favorável, como um manifestante corajoso. Apesar de ter passado pela intimidação, enquanto os policiais pegavam seu celular para conferir se havia alguma gravação (linhas 292 a 295), Rodrigo entregou os vídeos aos advogados para que estes tomassem as providências cabíveis à questão. Em outro momento, o entrevistado insere novas orientações que descrevem o que os policiais fizeram ao chegar à delegacia (linhas 310 a 312; 314 a 317). No curso das manifestações, as pessoas que foram detidas nas ruas pelo batalhão do choque eram conduzidas até alguma delegacia de polícia civil e, ali, uma ficha era preenchida, configurando a “queixa”. Essa ficha fará parte do processo ao qual o indivíduo terá que responder perante a Justiça. A detenção de Rodrigo, no entanto, teve um desfecho diferente, pois ele estava de posse de um vídeo que provaria sua inocência.

Nas linhas 317 a 319 e 323 a 324, o entrevistado insere ações complicadoras referentes à atitude da delegada. Em seguida, avalia: “eu não vi nada, não posso afirmar. mas: uma advogada que tava lá disse que >ela< sentou ↑ o esporro ↑ assim,” (linhas 320 a 322). A entonação em “sentou ↑ o esporro ↑” pode ser entendida como uma avaliação favorável ao que a delegada fez, visto que ela repreendeu a atitude dos policiais, já condenada por Rodrigo. Essa avaliação culmina no que chamaremos de uma pré-coda da narrativa – “não teve queixa,” (linhas 324 e 325) –, que, nesse caso, também exerce uma função avaliativa: Rodrigo está “limpo”. Cabe ressaltar aqui que, em um *flashback* – “assim, mas <antes o policial da polícia civil ↑ tava< falando ah, provavelmente vai ser formação de quadrilha ↑ a: fiança deve ser >setecentos<, ou mil reais ↑” (linhas 325 a 328)– Rodrigo constrói uma fala do policial que explicita o que aconteceria caso o vídeo não existisse. Esse *flashback* funciona como uma justificativa para o desfecho do evento. Em resumo: apesar das acusações, o narrador não sofreu as sanções que, de acordo com a fala do policial na delegacia, deveria ter sofrido. Constrói-se a partir disso a história de um vencedor, herói da situação, que salva a si próprio e aos seus companheiros, materializados na primeira pessoa do plural: “e um monte de gente que estava presa ali ↑ te fê que pagar ↑ ((inaudível)) e só porque a gente tinha os vídeos ↑ [a gente não precisou]” (linhas 331 a 333).

O entrevistado então prossegue, a partir de *flashbacks* avaliativos, desenvolvendo a história que contou. Deles, destacamos um em que, além de colaborar com o ponto da história, a saber, a desqualificação da polícia, ainda traz mais construções de si elaboradas por Rodrigo:

Excerto 5 (23:27): “É tortura na frente de todo mundo”

- 350 **Rodrigo** é, e e isso, né, um cara com uma arma↑ mandando você
 351 esfregar, a sua cara, no chão↑ e: falando que vai enfiar
 352 uma piroca do tamanho de uma coluna no °seu cu°, isso é
 353 tortura↑ [é tortura↑
 354 **Etyelle** [É hh, é tortura, é.]
 355 **Rodrigo** é tortura na frente de todo [mundo↑
 356 **Etyelle** [tortura psicológica↑]
 357 **Rodrigo** apenas eu sou tão, eu sou tão:, talvez esclarecido, e
 358 estabilizado pra, assim, realmente↑ é: causa um certo
 359 trauma↑ e os pesadelos, que eu tive com isso, foi, muito.
 360 é é, isso assim que eu tô falando [>porque a minha< é
 361 leve↑ porque o cara chega falando ‘não. mete. porrada.’
 362 IMAGIna ↑
 363 **Etyelle** =quem apanhou. °né°,
 364 **Rodrigo** quem, quem é pior, sabe, quem, é: >muito bizarro<

No excerto 5, as escolhas linguístico-discursivas do narrador marcam os excessos cometidos pela polícia (linhas 350 a 353). A atuação da polícia chega a ser avaliada por Rodrigo como “tortura”. Nesse ponto, a entrevistadora coconstrói com ele tal significado, complementando sua fala (linha 356). A centralidade desses excessos para Rodrigo e sua entrevistadora – também participante das manifestações – contribui para o nosso entendimento de por que razão teria a repressão policial funcionado como choque moral (linha 359) nas manifestações. A violência policial não apenas gera indignação, mas também trauma, e fomenta a vontade de lutar.

Em face do caráter contraditório e mutável das identidades (BAUMAN, 2005; MOITA LOPES, 2001), percebemos que Rodrigo se apresenta como esperto e equilibrado, mas admite que o que vivenciou lhe causou certo trauma e que ele teve pesadelos com isso. Rodrigo também se solidariza com quem sofre traumas piores, isto é, com quem sofre agressões físicas. Em vários casos, os excessos cometidos pela polícia nas abordagens das pessoas são acompanhados de violência física. Coconstruímos essa reflexão nas linhas 362 a 364.

Quisemos destacar, na análise dessa narrativa, que as construções identitárias de Rodrigo o projetam numa luz favorável, como um manifestante experiente, um herói, um indivíduo equilibrado e esclarecido, ao passo que constrói os policiais como corruptos (porque forjaram provas para conduzi-lo até a delegacia) e violentos (por conta dos xingamentos e ameaças). Percebemos que tais construções tomam forma à medida que o narrador desenvolve o relato sobre a sua prisão. Mais central em nossa análise é a ideia de que a violência policial se costura na narrativa como trauma, choque moral (JASPER, 1997) que justifica a luta nas ruas e acaba por capacitar as pessoas para ela.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso estudo buscou contribuir para o entendimento das manifestações populares na contemporaneidade a partir de uma perspectiva discursiva. As manifestações ocorridas em junho de 2013, e mais especificamente as narrativas elaboradas por seus participantes, são o microcosmo a partir do qual esse fenômeno é aqui abordado. O olhar narrativo para as manifestações de junho de 2013 nos possibilitou compreender como os manifestantes organizam suas experiências nos protestos, atribuindo significado a elas e construindo relações com os outros e com o mundo que os cerca.

Os resultados da análise interpretativa dos dados sugerem que os manifestantes escolhem narrar experiências com a repressão policial nas manifestações – tal resultado deriva inclusive do modo como a entrevistadora-manifestante formula suas perguntas em entrevista. Nessas histórias, os participantes reivindicam uma imagem favorável para si mesmos. Qualidades como coragem e engajamento são sustentadas tendo em vista a alteridade policial. Rodrigo, por exemplo faz isso a partir da desqualificação das ações da polícia e se apresenta como um manifestante pacífico, esperto e corajoso. Já Elaine destaca um episódio do que considera o “pior dia de repressão” para se construir como uma manifestante que permanece nas ruas apesar da violência, como uma espécie de heroína. De maneira complementar, os dois entrevistados atribuem significado à polícia fazendo uso da dicotomia nós

(manifestantes) x eles (policiais). Com isso, os policiais são construídos como o “outro”, antagonistas violentos, ao passo que os manifestantes são projetados como indivíduos pacíficos. Notam-se também, nas duas entrevistas, tentativas por parte dos manifestantes de alinhar-se e solidarizar-se com a população “geral”, ao lado de quem se posicionam discursivamente. Dada a relevância atribuída à repressão policial nas narrativas de ambos os participantes, entendemos que os próprios manifestantes, incluindo a entrevistadora, tendem a compreendê-la como choque moral (JASPER 1997), como um elemento relevante para a coesão do movimento, que produziu revolta para além do aumento da tarifa de transporte coletivo

Por fim, gostaríamos de destacar, ainda que de forma ligeira, uma implicação de ordem macrosociológica derivada dos resultados desta microanálise. Em nossos dados, vimos como a repressão policial, muitas vezes tratada como um problema estrutural, foi construída e reproduzida nas narrativas dos nossos entrevistados, com base na oposição polícia x população, isto é, fundada na concepção de que a polícia serve aos interesses do Estado e de uma classe dominante, e não à segurança do povo. Tais concepções sobre a polícia enquanto aparelho estatal vão diretamente ao encontro da tese da crise da representatividade conforme formulada por Castells (2013). Quando o Estado é concebido como preposto de determinados interesses que não os da população, se estabelece uma distância entre representantes e representados largamente exemplificada nas narrativas de Elaine e Rodrigo, e tal problema parece fundamentar as novas bases com que grupos como os deles escolhem fazer política na contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, E. *Não tá acontecendo nada e eles passam para tocar um terror: repressão policial e construções identitárias em narrativas de manifestantes de junho de 2013*. 2015. 134f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
- BASTOS, L. C. Contando estórias em contextos espontâneos e institucionais – uma introdução ao estudo da narrativa. *Calidoscópico*, São Leopoldo, RS, v. 3, n. 2, p. 74-87, 2005.
- BAUMAM, Z. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi/ Zygmunt Bauman*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- _____. *Tempos líquidos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.
- BERGER, L.; ELLIS, C. Composing autoethnographic stories. In: ANGROSINO, M. V. *Doing cultural anthropology*. Prospect Heights, IL: Waveland Press, 2002. p. 151-166.
- BOSSLE, F; MOLINA NETO, V. No “olho do furacão”: uma autoetnografia em uma escola da rede Municipal de ensino de Porto Alegre. *Revista Brasileira de Ciência do Esporte*, Campinas, v. 31, n. 1, p. 131-146, set. 2009.
- BRUNER, J. *Atos de significação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997 [1990].
- CASTELLS, M. *Redes de indignação e esperança*. Movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- DENZIN, N.; LINCOLN, Y. The discipline and practice of qualitative research. In: DENZIN, N.; Y. LINCOLN (Org.). *The handbook of qualitative research*. Thousand Oaks: Sage, 2006. p. 1-27.
- DUARTE, L. F.; GOMES, E. C. *Três famílias: identidades e trajetórias transgeracionais nas classes populares*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.
- ELLIS, C. *The ethnographic I: a methodological novel about autoethnography*. New York, Oxford: Altamira Press, 2004.

- GEE, J. P. *Social linguistics and literacies*. Ideology in discourses. Bristol: The Falmer Press, 1990.
- GOFFMAN, E. *A representação do eu na vida cotidiana*. 15. ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2008 [1959].
- HARVEY, D. A liberdade da cidade. In: HARVEY, D. et al. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013. p. 47-61.
- JASPER, J. *The art of moral protest: culture, biography, and creativity in social movements*. Chicago: Chicago University Press, 1997.
- LEFEBVRE, H. *Sociologia de Marx*. São Paulo: Editora Forense, 1968.
- LABOV, W. The transformation of experience in narrative syntax. In: _____. *Language in the inner city*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972. p. 354-396.
- LODER, L.L. O modelo Jefferson de transcrição: convenções e debates. In: LODER, L. L.; JUNG, N. N. (Org.). *Fala-em-interação social: introdução à análise da conversa etnometodológica*. São Paulo: Mercado de Letras, 2008. p. 127-161.
- MANIN, Bernard. As metamorfoses do governo representativo. *Rev. Bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 10, n. 29, p. 5-34, out. 1995.
- MOITA LOPES, L.P. Práticas narrativas como espaço de construção das identidades sociais: uma abordagem socioconstrucionista. In: RIBEIRO, B.T. et al. *Narrativa, identidade e clínica*. Rio de Janeiro: IPUB, 2001. p. 56-71.
- _____. *Discurso de identidades*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2003.
- MOVIMENTO PASSE LIVRE – São Paulo. Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. In: HARVEY, D. et al. *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013. p. 21-31.
- OLIVEIRA, T. *Educação e ascensão social: performances narrativas de alunos da rede pública federal na Baixada Fluminense*. 2012. 279f. Tese (Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2012.
- ORTELLATO, P. Os protestos de junho entre o processo e o resultado. In: JUDENSNAIDER et al. *Vinte centavos: a luta contra o aumento*. São Paulo: Ed. Veneta, 2013. p. 227-237.
- REED-DANAHAY, D. *Auto/ethnography: rewriting the self and the social*. Oxford: Berg, 1997.
- SECCO, L. As Jornadas de Junho. In: HARVEY, D. et al. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013. p.124-138.
- SILVA, T. T. (Org.). *Identidade e diferença*. A perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.
- SINGER, A. Brasil, junho de 2013: Classes e ideologias cruzadas. *Novos estudos*, São Paulo, CEBRAP, n. 97, p.23-40 nov. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010133002013000300003&script=sci_arttext&tlng=es> Acesso em: 13 jun. 2014.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. (Org.). *Identidade e diferença - a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. p.7-72.

ZUQUETE, J, P. "Por que ser um black bloc?" *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Ano 9, n.115, p.32-36, jun. 2014.

Recebido em 13/10/2016. Aceito em 12/12/2016.